

# CENTRO DE CIDADE NO SÉCULO XXI: USOS E TRANSFORMAÇÕES NO RIO DE JANEIRO (BRASIL) E BUENOS AIRES (ARGENTINA)

Francis Pedroso

[Francis.pedroso@gmail.com](mailto:Francis.pedroso@gmail.com)

Universidade Estadual de Campinas/ Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo:

Palavras-chave: Centro de Cidade; Centralidade; Geografia Urbana; Rio de Janeiro; Buenos Aires.

Introdução

A evocação dos centros de cidades traz diversas imagens que foram sendo construídas e sedimentadas ao longo dos anos como, por exemplo: algumas cidadelas medievais europeias que até hoje ainda são lugares centrais das cidades; os grandes centros de cidades das metrópoles mundiais nas quais se destacam o comércio intenso misturado a grandes prédios, sedes de empresas; e ainda pode-se pensar nos centros das cidades patrimônio com um grande número de prédios históricos.

Destacamos que é relevante compreender a importância destes centros de cidade no passado, no presente e quais são as possibilidades para o futuro e como os diversos centros vêm sendo utilizados (espaço usados) ao longo dos tempos e transformados pelo homem.

Dos Centros Tradicionais aos Centros do Século XXI

Nas cidades capitalistas o centro da cidade tradicionalmente era o único lugar dotado de centralidade, ou seja, lugar de concentração: de fluxos como a circulação de pessoas, de bens e de serviços; e de fixos como estruturas tais como prédios, sedes de empresas, teatros, restaurantes, praças etc.. Fenômeno que durou até as primeiras duas décadas do século XX nos Estados Unidos (HALL, 1995), até os anos 1950 na Europa e até 1970 na América do Sul (HALL, 1995; SPÓSITO, 1991; BENFATTI, 2004).

[...] O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. (LEFEBVRE, p.12, 1969).

Depois deste período os centros, tradicionais locais de centralidade, passaram a compartilhar esta função de lugar central com outros espaços: subcentros de bairros, *shopping-centers*, galerias comerciais, hipermercados, lojas de conveniência entre outras formas que passaram a concentrar em um mesmo espaço lojas, serviços, restaurantes, bancos, agências de correio, cinemas, teatros, lazeres diversos que até então eram encontrados somente nos centros das cidades.

Os centros das cidades, em grande parte do mundo, se transformaram. Houve a dispersão da população dos centros por causa dos processos que ampliaram o tamanho das cidades como: a migração; a desconcentração industrial; o crescimento vegetativo da população; e o crescimento da violência. A estrutura central foi se tornando um lugar oneroso, já que era o principal lugar da cidade, onde convergiam as facilidades de circulação de objetos, informações e pessoas.

Portanto, primeiramente, explica-se que houve a dispersão populacional e a periferação por causa do encarecimento das áreas centrais e a falta de oferta de imóveis para a população, concomitante a este processo ocorreu a desconcentração industrial que já não encontrava nas áreas centrais as vantagens necessárias para o seu funcionamento como imóveis com preços acessíveis e com infraestrutura moderna, facilidade na circulação dos fluxos que envolvem a matéria prima até a saída dos produtos, mão de obra barata e residente próxima as fábricas entre outros. E, por fim, ocorreu posteriormente a consequente desconcentração comercial, financeira, de serviços e de lazer que antes eram somente encontrados nos centros das cidades. (PEDROSO, 2007).

Segundo Lefebvre (1969) o organicismo<sup>1</sup>, o evolucionismo<sup>2</sup> simplificador e a ideia de um continuísmo<sup>3</sup> ingênuo ocultou a compreensão das características específicas da realidade urbana, o que realmente produz esta realidade escapou ao nosso conhecimento. A cidade não se transforma apenas por causa das continuidades, segundo o autor são os “processos globais”, ou seja, econômicos, sociais, políticos e culturais, estes com uma continuidade temporal e espacial, mas também a cidade se transforma em função das descontinuidades<sup>4</sup>, ou seja, de modificações profundas do modo de produção, nas relações de classe e de propriedade, ou ainda pelas instituições mais gerais que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, que têm sua sede na cidade política, militar ou religiosa, que ainda coexistem com instituições urbanas, administrativas e culturais.

As descontinuidades não se situam apenas entre as formações urbanas, mas também entre as relações sociais mais gerais, entre as relações entre indivíduos e grupos. A atual “explosão<sup>5</sup>” da grande cidade tende a dissolver os núcleos urbanos, muitos ainda de origem medieval que ainda existem, inúmeros centros urbanos, que hoje protegem e

---

<sup>1</sup> Para as ciências sociais o organicismo é a comparação da sociedade com um organismo vivo. Para Lefebvre compreendemos que o organicismo é a comparação que é feita pelos planejadores urbanos da cidade com um organismo vivo, no qual partes ou no caso órgãos ficam doentes, são curados ou precisam ser removidos.

<sup>2</sup> Entende-se que para Lefebvre o Evolucionismo é a ideia postulada por muitos pensadores do espaço urbano de que a cidade evolui como um organismo vivo.

<sup>3</sup> Por continuísmo entende-se que Lefebvre refere-se a um entendimento de que o espaço urbano é resultado de processos lineares e acumulativos.

<sup>4</sup> Segundo compreendemos Lefebvre as descontinuidades são os momentos de ruptura, ou seja, que separam uma fase de outra.

<sup>5</sup> Lefebvre ao longo de seu texto utiliza as metáforas de explosão e implosão para fazer analogias aos processos que envolvem as cidades. Entendemos que a implosão é um processo interno de uma determinada estrutura e que a destrói, porém sem espalhar fragmentos e que a explosão que ocorre nas cidades é um processo que envolve todas as estruturas urbanas, pois projeta fragmentos urbanos disjuntos, como numa explosão real. Ambos os processos levam a uma profunda transformação na morfologia urbana.

perpetuam a imagem de centralidade. Fato que explica a ilusão continuísta. Ao longo dos tempos, formas se transformam em funções e entram em estruturas que as retomam e as transformam. Portanto, formas, estruturas e funções urbanas agiram umas sobre as outras e se modificaram. Toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio, seus fragmentos serviram para outras formações. Desestruturações e reestruturações, “implosões e explosões” se sucedem no tempo e espaço. (LEFEBVRE, 1969).

Como lembra Villaça (2001), o centro principal da cidade, no início do século XX, era dotado de um valor simbólico para o capitalismo, com a chaminé, a fumaça ocorrendo em conjunto com as propagandas e as vitrines. O centro tradicional exercia uma função ainda maior do que ser um ponto de convergência de pessoas, informações, dinheiro ou um espaço altamente valorizado, o centro exercia a função de representar a ideologia do capital, dos mercados livres e irrestritos.

Portanto, a maioria dos centros das grandes cidades capitalistas de meados do século XIX até aproximadamente a década de 1950 eram os lugares mais dinâmicos da vida urbana, com a presença de transeuntes, da grande concentração de empregos, de atividades terciárias e eles eram dotados de simbologia para suas populações. E também, historicamente, os centros tradicionais eram eleitos como uma localização de fácil acesso para as instituições públicas, religiosas, equipamentos de lazer, turismo e atividades culturais em geral.

Os centros das cidades desde a segunda metade do século XX vêm sendo desvalorizados pelos processos derivados da desconcentração espacial, que foram promovidos principalmente pela dispersão dos capitais financeiros e comerciais. Ou seja, um processo de perda da “centralidade”, no qual os tradicionais bancos, comércios e empresas que geralmente se localizavam nos centros das cidades não precisavam mais desta localização específica, podendo se deslocar para outros bairros ou *shopping-centers*.

A necessidade de estudo sobre o “Centro da Cidade” surge a partir da discussão sobre a tendência à perda de centralidade e principalmente do dinamismo dos centros tradicionais pela desconcentração espacial comercial, financeira, populacional entre outras. A partir de 1950, as áreas centrais das principais cidades do mundo e também do Brasil deixaram de ser o único lugar da cidade dotado de “centralidade” e passam a compartilhar desta dinâmica, até então inerente aos centros da cidade, com outros pontos do espaço urbano.

A chamada perda de centralidade dos centros ocorreu inicialmente pela dispersão de uma população crescente que buscou moradia em locais onde os custos eram menores ou que eram mais seletivos (os bairros suburbanos, os condomínios fechados) do que o centro tradicional; também pela desconcentração das atividades econômicas da área central da cidade, pela formação de subcentros que são os centros formados em bairros com a presença de comércios e serviços para atender a população local; pela ocupação dos espaços centrais anteriormente muito valorizados pelo capital imobiliário, primordialmente por atividades terciárias, e que foram afastando o habitante do centro; e atualmente, temos a presença de novos agentes que participam desse processo de desconcentração espacial no centro da cidade, que são novas formas de comércio geralmente distantes dos centros como os *shopping-centers*, e as megalojas que possuem

uma estratégia locacional de busca por áreas mais baratas que as centrais e que, ao mesmo tempo, atendam a uma demanda maior de público e que muitas vezes se localizam nas rodovias, anéis viários e em vias expressas das cidades para facilitar a circulação e a frequência nesses lugares de pessoas que vivem em outras cidades e que acabam algumas vezes exercendo a função de lugar central, pela grande concentração de comércio e serviços. (PEDROSO, 2004).

Os condomínios residenciais e comerciais, a atividade turística, o comércio informal, a dispersão dos equipamentos culturais dos centros, entre outros motivos, promoveram direta ou indiretamente a reorganização espacial do centro da cidade ou, nos termos de Lefebvre, promoveram a implosão e a explosão da cidade.

O Centro deteve o máximo grau de centralidade havido na cidade desde sua fundação porque este cresceu com a cidade. Ele se fez com a cidade como único espaço central, ele foi feito pela cidade e com a cidade como um todo, como resumo da concentração, quando isso era possível. Sendo assim, só pode vir a existir um Centro em cada cidade, simplesmente, diria Castells, aquele que nas aglomerações urbanas tem nome de Centro. Foi dele como realidade física, geográfica e funcional que aflorou a centralidade como noção do que é central e foi ele que se beneficiou conceitualmente como todos seus atributos. (TOURINHO, 2006, p. 286).

O local que chamamos de centro da cidade, na maioria dos casos, é fruto de uma organização espacial produtiva, implantada com a industrialização ou com o comércio, que foram, inicialmente, os principais indutores da concentração urbana, por meio das novas oportunidades de trabalho e investimentos iniciais para o desenvolvimento da estrutura urbana. Esse setor terciário dos centros das cidades conseqüentemente trouxe consigo a implantação de equipamentos turísticos como meios de hospedagem e alimentação, equipamentos culturais como teatros e livrarias, e ainda, equipamentos de lazer e diversão como, por exemplo, praças conseqüentes da organização espacial desses centros das cidades.

Mas, o que se observa, contrariando a perspectiva de um único lugar central de Manuel Castells (1983), a centralidade dos centros passa a ser compartilhada com outras centralidades ao longo das cidades a partir dos anos 1950.

A desconcentração dos centros das cidades em alguns lugares tornou-se tão intensa que ficou denominada como um processo de “esvaziamento”, saída de moradores, diminuição da quantidade de comércio e serviços, diminuição das atividades que envolvem o entretenimento e o lazer nos centros. Porém, entendemos que os centros tradicionais das cidades não se “esvaziaram” literalmente, mas acabaram sendo ocupados por novas pessoas e por novos objetos, e passaram a ter novos usos.

Se, primeiramente, os centros das cidades eram ocupados com atividades terciárias formais como o comércio variado e os serviços, os cinemas, teatros, restaurantes, agências bancárias etc., e o centro era o lugar onde circulavam as classes altas e médias da sociedade. Em um segundo momento, foi ocupado pelo terciário menos

sofisticado e muitas vezes informal, os chamados “camelôs”, os bares e lanchonetes, passando a ser frequentado pelas classes sociais mais baixas da sociedade. Desta forma, a sensação de perda de dinamismo ocorrido nas áreas centrais aumenta.

[...] os centros não são centros porque neles se localizam os palácios, as catedrais ou os bancos. Vimos que o oposto também não é verdadeiro. Não é verdade que os palácios, catedrais ou bancos se localizam nos centros porque eles são centros. E por que eles são centros? Fica claro o círculo vicioso. Qual a origem ou a fonte da centralidade? Está na possibilidade de minimizarem o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos. (VILLAÇA, 2001, p. 242).

O círculo vicioso mencionado por Villaça (2001), que faz do centro um lugar central, é rompido quando o tempo e os gastos associados aos deslocamentos humanos para irem ao centro passam a serem maiores que antes. Neste momento histórico começa-se a pensar nas funções que esses centros de cidade teriam daí por diante.

O centro e o “não centro”<sup>6</sup> são dialeticamente produzidos pelo mesmo processo sob a égide destas disputas, pelo controle das condições de deslocamento. Entende-se por condições de deslocamento aquelas que produzem e resolvem os problemas de deslocamento – a produção das localizações (os “pontos”) boas (ou más) para morar, para construir um supermercado, para abrir uma pré-escola ou um salão de beleza, para construir um centro empresarial, etc. As que resolvem os problemas de deslocamento são o sistema viário (ruas, metrô, vias elevadas, viadutos, túneis, bem como a localização dos metrô, dos túneis etc.) e os veículos (veículos particulares e públicos). Por outro lado, as classes têm outros interesses além da redução dos tempos de deslocamentos. Podem ter – e de fato têm – interesses que redundem em aumento do tempo de deslocamento, como morar em terreno grande com verde e ar puro, na periferia. Há então a necessidade de conciliar estes interesses. Por isso, não se deve falar que a disputa entre as classes pelo controle das condições de deslocamento visa minimizar os tempos de deslocamento; visa, sim, aperfeiçoar o uso desse tipo ou controlá-lo. Assim, se as classes de alta renda se deslocam para a periferia – o que só foi possível porque houve um Estado que construiu boas rodovias e uma economia que produziu automóvel – para lá também vão (já há décadas) as escolas dessas classes, seus shoppings e até o centro da cidade. (VILLAÇA, 2001, p. 243-244).

---

<sup>6</sup> Villaça (2001, p. 243) explica que o “não centro” são todas as outras localizações da comunidade.

Portanto, os centros das cidades, mesmo os que passaram por processos de desconcentração, são espaços estratégicos, com uma infraestrutura implantada, de localização geralmente facilitada pelos meios de transporte e com vias de circulação em abundância. Por isso, eles são importantes espaços que devem ser usados (VILLAÇA, 2001). Usar, dominar o centro, suas vias de acesso, e a capacidade de requalificá-lo é ferramenta de grande importância na produção do espaço urbano.

Para Harvey (1992), atualmente vivemos um “momento pós-moderno<sup>7</sup>” também nas cidades, na arquitetura, no projeto urbano. Houve um grande momento de ruptura com o planejamento urbanista modernista, dos grandes planos urbanos e funcionalistas: “[...] O pós-modernismo cultiva, em vez disso, um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto<sup>8</sup>” de formas passadas superpostas umas às outras e uma, “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros”. (HARVEY, 1992, p.69).

Por isso a continuidade no tecido urbano nas cidades ou nos centros das cidades que era observada e estudada pelos autores modernistas como Le Corbusier e por Ebenezer Howard, não é um sistema linear de funcionamento urbano, mas, sim, um conjunto de processos sociais e de interações urbanas que conformam em fragmentos de espaço urbano conectados de forma complexa. (JACOBS, 1961; HARVEY, 1992 GOTTDIENNER, 1993). E que hoje ainda são possíveis devido às inovações tecnológicas, as novas conexões em redes que permitem a circulação de fluxos. Estes espaços são “sobrepostos”, “colados”, funcionalizados, desfuncionalizados, efêmeros ou duradouros, conforme as necessidades de cada período histórico e social.

[...] Formas urbanas dispersas, descentralizadas e desconcentradas são hoje muito mais factíveis tecnologicamente do que antes. Em segundo lugar, as novas tecnologias (particularmente os modelos computadorizados) dissolveram a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa, permitindo a

---

<sup>7</sup> Por pós-moderno mencionado por David Harvey podemos entender: “Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo. Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.” (HARVEY, 1992, p.7).

<sup>8</sup> **Palimpsesto** (do [grego antigo](#) παλίμψηστος / "palímpsêstos", πάλιν, "de novo" e ψάω, "riscar", ou seja, "riscar de novo") designa um [pergaminho](#) ou [papiro](#) cujo texto foi eliminado para permitir a reutilização. Esta prática foi adotada na [Idade Média](#), sobretudo entre os séculos VII e XII, devido ao elevado custo do pergaminho. A eliminação do texto era feita através de lavagem ou, mais tarde, de raspagem com [pedra-pomes](#). A reutilização do suporte de escrita conduziu à perda de inúmeros textos antigos, desde normas jurídicas em desuso a obras de pensadores gregos pré-cristãos. A recuperação dos textos eliminados tem sido possível em muitos casos, através do recurso a tecnologias modernas. (ESCOBAR, 2006, p.12).

produção em massa flexível de “produtos quase personalizados” que exprimem uma grande variedade de estilos. (HARVEY, 1992, p.77).

Compreende-se que a tecnologia foi fundamental no processo de desconcentração de pessoas e dos sistemas comercial, financeiro, cultural entre outros. Portanto hoje, a presença de vias de circulação, de sistemas de transportes e de redes de informação é o que permite a desconcentração territorial, é o que cria urbanidade, mas não é o que intensifica a urbanidade.

Segundo Aguiar (2012), o conceito de urbanidade se refere ao modo de como os espaços da cidade acolhem as pessoas. O autor menciona que os espaços com urbanidade são espaços hospitaleiros e que o oposto são os espaços inóspitos ou de baixa urbanidade. Ainda de acordo com Aguiar, nas cidades da atualidade o espaço público é cada vez mais inóspito, ou seja, marcado por grades nas fachadas de prédios, extensos muros contornando introvertidos condomínios, *shopping-centers*, mega estacionamentos e as áridas *freeways* urbanas que parece ser cada vez mais, nas mais diversas culturas, a urbanidade da classe média.

Jane Jacobs (1961) afirmou que o grau de urbanidade de uma cidade, de uma metrópole, de um bairro, depende intrinsecamente do grau de vitalidade urbana presente. Portanto, compreendemos que o mesmo acontece com os centros das cidades. Não são apenas as políticas favoráveis à implantação de comércios, turismo, lazer, equipamentos culturais, ou moradia para as pessoas nos centros, mas, uma vitalidade natural que é formada pela sociedade nos centros das cidades ou em qualquer lugar que se torne central. O convívio entre as distintas funções urbanas — morar, trabalhar, passear, comprar, conviver, circular — e tantas outras que comparecem em profusão nos seus exemplos é base da vitalidade urbana, matéria-prima da urbanidade. A eliminação destas várias funções das cidades, que muitas vezes acontece por meio de projetos urbanos, compromete a vitalidade urbana e podem criar a indesejável monofuncionalidade urbana.

Para Jacobs (1961) a monofuncionalidade é a ausência da diversidade funcional. Ela se reflete nas ruas mal iluminadas, calçadas desprovidas de qualidades mínimas, parques urbanos segregados, quarteirões muito longos, falta de definição precisa entre espaços públicos e privados, excesso de espaços imprecisos ou residuais, mau equacionamento do convívio automóvel e pedestre, ausência de espaços dedicados ao lazer e a cultura, são alguns dos elementos físicos e espaciais onde ocorre a urbanidade.

Podemos verificar em muitos centros urbanos as provas cabais dessa opção desastrosa. Os sucessivos centros históricos do centro urbano de Boston, como uma série de camadas arqueológicas, estão fossilizados na forma de estratos e mais estratos de uso específicos, cada estrato sem uma combinação principal, cada estrato estagnado. A Comissão de Planejamento de Boston, ao analisar os usos do centro, mapeou-os com cores — uma cor para designar escritórios de administração e finanças, outra para governo, outra para compras, outra para entretenimento e assim

por diante. Todas as áreas estagnadas aparecem no mapa como uma série de áreas compactas, com uma só cor para cada uma. Por outro lado, num dos limites do centro urbano, onde a Baía Back confina com um dos cantos dos Jardins Públicos, há uma área do mapa marcada com um tipo diferente de legenda, que significa “uso misto”. Esse é o único local do centro de Boston que hoje está espontaneamente mudando, crescendo e atuando como uma cidade viva. (JACOBS, 1961, p.273).

Além dos diversos fatores que envolvem os planos urbanísticos das cidades que muitas vezes privilegiam a circulação dos automóveis em relação à circulação dos pedestres, influenciando de forma significativa o detrimento dos centros tradicionais das cidades.

Portanto, reafirmamos que o centro da cidade não “se esvaziou”. O centro que era ocupado por uma determinada classe social, por certos tipos de comércio e serviços até 1950, foi sendo gradativamente “desocupado” e “reocupado” por novos moradores, comércios e serviços. Esses que podem ser de naturezas diversas; em alguns casos os centros foram ocupados por atividades menos rentáveis e populações de baixa renda; em outros casos, os centros passaram a ter alguma nova função, como por exemplo, se tornarem lugares turísticos, pontos de encontro, lugar onde estão presentes os equipamentos culturais ou áreas de especial interesse arquitetônico.

Considerações acerca dos Centros do Rio de Janeiro (BRASIL) e de Buenos Aires (ARGENTINA)

O centro do Rio de Janeiro é de importância peculiar na atualidade para as discussões acerca da centralidade. É um lugar com edificações que são representativas do patrimônio cultural brasileiro. Durante os últimos anos o centro da cidade recebeu investimentos para a sua requalificação devido a grandes eventos que a cidade sediou, como os Jogos Panamericanos (2007), a Rio +20 (2012), a Copa das Confederações de Futebol (2013), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016), entre outros grandes eventos e promoções culturais que ocorrem no Rio de Janeiro todos os anos. Além de mencionar a importância do Rio para a atividade turística, que segundo a OMT (2010, 2013) desde 2010 consecutivamente até 2013 é a cidade da América do Sul que mais recebe turistas, fato que tirou o primeiro lugar de Buenos Aires.

O Rio de Janeiro foi a segunda capital brasileira, de grande importância histórica e cultural, sendo um dos primeiros lugares do Brasil a ter um centro de cidade com estrutura cultural: teatros, cinemas, galerias de arte entre outros, tendo 1808 um marco temporal, com o estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro. O centro do Rio de Janeiro também está no imaginário popular como representante da cultura brasileira por meio do samba e do cidadão carioca. Pode-se ainda destacar o fato desse centro vir sofrendo intervenções urbanas no sentido de sua requalificação desde o final do século XIX. (CARVALHO, 1988).

Por sua vez, o centro da capital portenha, Buenos Aires, também possui grande importância histórica e cultural representativa entre as cidades sul-americanas. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2010, 2013), Buenos Aires foi a cidade que por mais de uma década recebeu o maior número de visitantes em toda a América do Sul por motivação turística e a partir de 2010 até 2013 é a segunda cidade da América do Sul que mais recebe turistas. Tem um importante patrimônio histórico, cultural e arquitetônico presentes em sua área central e que também é um centro de cidade que vem sofrendo grandes intervenções desde o final do século XIX, tal como o Rio de Janeiro.

Entendemos que as gestões das cidades do Rio de Janeiro e de Buenos Aires têm utilizado as áreas centrais para a promoção e a intensificação da atividade turística e de lazer, por exemplo, por meio do incentivo ao setor privado à implantação de hotéis, bares e restaurantes; das práticas de implantação de equipamentos culturais tais como cinemas, teatros e museus entre outros; de projetos para a organização de espaços para o lazer como praças, a promoção de entretenimento e eventos como o incentivo a feiras de artesanato e antiguidades, mostras de arte, shows musicais, congressos profissionais, eventos esportivos, podendo tanto ser efêmeros, eventuais, periódicos ou fixos no calendário da cidade.

A intensificação destes processos nas práticas de planejamento e gestão como um dos fundamentos da requalificação espacial têm encontrado alguns resultados positivos, tais como a geração de renda nos centros; trazendo população (moradores); intensificando as atividades turísticas; contribuindo no marketing da cidade e influenciando na captação de grandes eventos mundiais (tais como festivais de teatro, cinema, copa do mundo de futebol, olimpíadas etc.) inspirados, de certa forma, pelo modelo de Barcelona, na Espanha, no qual a cultura, o esporte e o turismo impulsionaram a requalificação espacial urbana por ocasião das Olimpíadas de 1992.

No entanto, também é verificado que tanto no caso do Rio de Janeiro, quanto no caso de Buenos Aires, a requalificação urbana promovida utilizando-se dos equipamentos de turismo, lazer e cultura como atrativos para a entrada de capitais, tem gerado demandas indesejáveis como: o encarecimento das moradias na região central (especulação imobiliária); a criação de uma imagem de cidade com excelência em infraestrutura e serviços para o exterior, porém a criação de uma cidade inacessível a parcelas de sua população que, em muitos casos, anteriormente à requalificação ali residiam ou circulavam, valendo-se da falta de inclusão social da população local que fica marginalizada dos centros das cidades nos processos de requalificação, promovendo a gentrificação destes espaços.

O turismo, o lazer e a cultura proporcionam uma reorganização espacial por meio da profunda transformação do espaço, da intensa circulação de pessoas, de bens e serviços que podem valorizar estas áreas, incluir ou excluir pessoas dos centros.

#### Apontamentos finais

O Centro do Rio de Janeiro passou por processos mais profundos que Buenos Aires de perda de Centralidade, da saída do comércio mais sofisticado, dos moradores com nível de renda mais elevados, de degradação dos equipamentos de lazer e de serviços e do próprio patrimônio arquitetônico e demorou mais tempo para receber investimentos e

ser compreendida como um lugar de interesse do poder público em seu processo de requalificação espacial. Somente, a partir do acontecimento da Copa do Mundo de Futebol (2014) e mais intensamente com as Olimpíadas é que o Centro do Rio de Janeiro começa a receber investimentos públicos e privados.

Desta forma, a partir da década de 2000 quando a cidade do Rio de Janeiro se torna candidata a sediar os eventos mencionados é que o Centro do Rio de Janeiro, voltado ao comércio popular, com prédios antigos deixados de herança do período em que o rio foi capital brasileira, com uma zona portuária e construções residenciais extremamente degradadas se torna necessário de ser reorganizado pelos agentes públicos e ser a ponto de atração para o investimento privado.

Tornaram-se pontos marcantes desta transformação principalmente a requalificação da Zona Portuária do Rio, com a remoção da estrutura da Perimetral, grande viaduto que circundava o Centro e que “ocultava” as visões panorâmicas da cidade; a construção dos Museus Mar; Museu do Amanhã; Aquário Municipal do Rio de Janeiro, projetos que foram executados a partir de parcerias público-privadas, e o fechamento e renovação de avenidas do centro e implantação do Veículo Leve sobre Trilhos. Muitos investimentos do setor privado como hotéis, restaurantes e bares e novos prédios residências e comerciais foram construídos e anunciados para a área central, porém a crise econômica que se aprofundou no Brasil a partir de 2014 causou atraso ou cancelamento em muitas destas obras voltadas à transformação do Centro, mesmo assim considera-se que foi um processo de extrema importância para a volta de circulação de pessoas, de moradores e de funcionalidade no centro do Rio de Janeiro, processo que traz o outro lado, que é a gentrificação destas localidades, saindo às populações que tradicionalmente habitavam, para estes espaços serem ocupados pelos agentes que possuem capital para ocupar estas áreas refuncionalizadas e dotadas de novas estruturas, beleza arquitetônica renovada e com localização privilegiada.

Podemos afirmar que Buenos Aires nunca perdeu sua centralidade, mesmo que tenha sofrido com a saída e moradores nobres, com a promoção de novos bairros voltados a este público no início do século XX, porém manteve um comércio intenso, os equipamentos culturais como teatros, livrarias, cinemas acrescidos da presença intensa de dos cafés, restaurantes, hotéis e espaços públicos que mantiveram a circulação intensa de cidadãos portenhos e turistas. Este fato se dá pela presença dos equipamentos do governo federal na região do micro centro de Buenos Aires, que manteve este espaço organizado e, historicamente e arquitetonicamente preservado; além disso, a multifuncionalidade espaciais do centro, conjugando múltiplas funções de lazer, entretenimento, comercial, financeiro, moradia etc. proporcionou “vitalidade” ao Centro da Cidade de Buenos Aires, além da baixa presença e grandes shoppings centers em Buenos Aires que ainda proporciona uma intensa concentração de comércio em seu centro.

Porém não podemos afirmar que todo o centro foi beneficiado com a “vitalidade” do núcleo central, as áreas mesmo do centro, porém mais distantes do núcleo estabelecido pela Plaza de Mayo, extensão da Rua Florida e zona do Monumento Obelisco já sofrem mais com a degradação de equipamentos, das ruas e das construções. Algumas áreas como a zona portuária de Puerto Madero, recebeu investimento e passou por um

processo de requalificação urbana se tornando uma das áreas mais valorizadas e caras de Buenos Aires, gentrificando e transformando este espaço que hoje está ocupado por prédios muito funcionais com a presença de comércios, moradias, escolas, escritórios, hotéis e restaurantes de luxo.

Não existe uma fórmula para a reorganização espacial dos centros urbanos ou para a chamada requalificação ou refuncionalização urbana. Existe o cuidado para não se perder a centralidade, ou para reconstruí-la que deve ser pensada não só nos equipamentos, infraestruturas, mas sim, como estes, são capazes de atrair pessoas, estas sim trazem “vitalidade” ao espaço que precisa ser acessível a todos por meio da presença de espaços públicos e privados que proporcionam a frequência em diversos horários ou a fixação de pessoas.

#### Referências Bibliográficas

AGUIAR, Douglas. **Urbanidade e a qualidade da cidade**. In: Revista Arquitectos, São Paulo, 12.141, Vitruvius, mar 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/12.141/4221>>.

BENFATTI, Dênio. **De Volta ao Centro**. In: SCHICCHI, Maria Cristina, BENFATTI, Dênio (orgs.). Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas-SP: PUCCAMP/ PROURB, 2004.

CARVALHO, Delgado. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Biblioteca Carioca, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ESCOBAR, Ángel. **El palimpsesto grecolatino como fenómeno librario y textual**. Zaragoza, Espanha: Institución Fernando el Católico, 2006.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**, São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço e Debates, nº 39, p.48-64, 1996.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1969.

OMT (Organização Mundial do Turismo). **Argentina: Arrivals of non-resident tourists at national borders, by nationality 2005-2009**. Madrid, Espanha: OMT, 2010 (disponível em <http://www.wtoelibrary.org/browse/region> acessado em 14/10/2011).

OMT (Organização Mundial do Turismo). **UNWTO: Tourism Highlights**. Madrid, Espanha: OMT, 2013 (disponível em <http://mkt.unwto.org/en/publication/unwtm-tourism-highlights-201#-edition> acessado em 12/07/2013).

PEDROSO, Francis. **A multicentralidade no município de Campinas: a formação de centro, subcentros e "novos centros" pela dinâmica do setor terciário.** Campinas, SP: Dissertação (trabalho de conclusão de curso) - UNICAMP, 2004.

PEDROSO, Francis. **O centro de Campinas (SP): usos e transformações.** Campinas-SP: Dissertação (mestrado) – UNICAMP, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana.** In: Revista de Geografia v. 10. Rio Claro: UNESP, 1991.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Centro e Centralidade: uma questão recente.** In: VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa H. de. Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 2001.